

CURSO PRESENCIAL

MANEJO DE ÁRVORES EM ÁREAS URBANAS, A NORMA DE PODA NBR 16.246-I/13, A NORMA DE AVALIAÇÃO DE RISCO 16246-3 /19LAUDO TÉCNICO E A LC N.º 140/11

Datas: 22 e 23 de março de 2023.

Local: Majestic Palace Hotel – Av. Jorn Rubéns de Arruda Ramos, 2746 – Centro – Florianópolis/SC.

Horários: 1º dia: 9h às 12h e das 13h30 às 17h30; 2º dia: das 8h30 às 12h30.

Solicitação: por gentileza, divulguem este curso para os prestadores de serviços terceirizados, para sua qualificação.

Objetivos do curso: qualificar os servidores, técnicos e assessores para o manejo da arborização urbana de forma a atender às necessidades atuais, com adoção de um sistema de manejo e poda que não agrida a arborização existente e adequada aos padrões técnicos e legais exigidos e orientar sobre os aspectos de licenciamento ambiental da supressão, arborização e poda.

A quem o curso é dirigido: secretários municipais de agricultura, de obras, de planejamento e de ambiente; técnicos agrícolas, engenheiros agrônomos, florestais e ambientais; biólogos e outros profissionais e assessores das secretarias; demais servidores envolvidos com a execução dos serviços de arborização e poda; profissionais e empresas prestadoras de serviços na área de arborização, licenciamento ambiental e outros relacionados ao tema; estudantes das áreas relacionadas.

Modelo de lei e regulamento: os participantes receberão, com o conteúdo, modelo atualizado de projeto de lei e de decreto para a disciplina da supressão, arborização e poda urbana.

Fundamentos legais: o curso dará ênfase na abordagem da legislação e outras fontes de Direito a serem observadas especialmente nas hipóteses de supressão e poda da arborização urbana. O novo Código Florestal e a Lei Complementar n.º 140/11 por exemplo, trazem importantes inovações que devem ser observadas pelos Municípios, sob pena de responsabilização dos técnicos e gestores por crime ambiental ou por ato de improbidade.

Nota sobre a NBR 16246-1:2013: a ABNT editou esta NBR, vigente desde 27/12/2013, que passa a ter importante papel na instrução dos trabalhos de supressão e poda de árvores em ambiente urbano. A norma será detalhada no evento, mas não serão disponibilizadas cópias, pela vedação a esta iniciativa.

Considerações importantes: a arborização urbana, seguramente, é iniciativa que traz uma das melhores relações custo-benefício da Administração Pública, tendo em vista os valores de investimentos relativamente baixos e a visibilidade que a ação gera. No entanto, a maior parte das cidades ainda apresenta uma arborização acanhada e inadequada, além de adoção de um sistema de poda mutilador e tecnicamente não recomendado.

Destacam-se, dentre outros problemas comuns da arborização: a poda sistemática das árvores, que além de exigir muita mão-de-obra, na maior parte das vezes é desnecessária e contraindicada (o **Ministério Público** vem questionando muitas destas práticas inadequadas); a falta de planejamento da arborização, resultando num visual sem identidade, inadequado e sem contemplar aspectos recomendados de paisagismo; a ausência de legislação municipal para disciplinar o plantio e a poda de árvores pela iniciativa privada; a arborização incompatível com a infraestrutura existente; plantio de árvores e arbustos com interferência negativa no trânsito e na sinalização viária e acidentes nos serviços de poda, inclusive por eletroplessão, com riscos de responsabilização dos agentes públicos.

Inscrições e maiores informações: as inscrições poderão ser realizadas até o dia **06 de março**, através do site www.iem.inf.br. Vagas limitadas à capacidade da sala. Detalhes sobre o curso podem ser obtidos por telefone (51) 3778-1188 ou e-mail iem@iem.inf.br. Receberão certificados os participantes que tiverem a frequência mínima de 70%.

Investimento:

QUANTIDADE DE PARTICIPANTES POR ÓRGÃO/EMPRESA	PAGAMENTO ATÉ 16/02/2023	PAGAMENTO APÓS 16/02/2023	Valor correspondente ao curso. NÃO estão incluídas parcelas de alimentação, hospedagem, traslados e outras que se façam necessárias a participação no evento.
1 participante	R\$ 850,00 por pessoa	R\$ 890,00 por pessoa	
2 participantes	R\$ 820,00 por pessoa	R\$ 860,00 por pessoa	
3 participantes	R\$ 790,00 por pessoa	R\$ 830,00 por pessoa	
4 participantes ou mais	R\$ 760,00 por pessoa	R\$ 790,00 por pessoa	

Inscreva-se em: www.iem.inf.br, VAGAS LIMITADAS.

No caso de **haver cancelamento do curso presencial**, decorrente de **disposição de autoridade pública**, diretamente ao IEM ou por medida restritiva às atividades em geral, ao inscrito **será assegurada a participação no curso em formato EAD**, por videoconferência, mantendo palestrante e carga-horária, sem prejuízo aos participantes. Ocorrendo a reprogramação de data ou cancelamento de curso pelos motivos dispostos na cláusula anterior, **o IEM não se responsabiliza pelo ressarcimento de qualquer valor aplicado na aquisição de passagem aérea ou terrestre, reserva de hotel ou outras aplicadas pelo inscrito. Demais informações e condições no termo de aceite, vinculado à inscrição no site do IEM.**

**MANEJO DE ÁRVORES EM ÁREAS URBANAS, A NORMA DE PODA NBR 16.246-I/13,
A NORMA DE AVALIAÇÃO DE RISCO 16246-3 /19 LAUDO TÉCNICO E A LC N.º 140/11**

1. O novo Código Florestal e a legislação federal e estadual aplicável à arborização urbana
2. A Lei Complementar N.º 140-2011 e o impacto nas obrigações municipais
3. Modelo de projeto de lei municipal para disciplinar a arborização urbana
4. Gestão da arborização – a atual conjuntura no Brasil
5. Planos Diretores de Arborização urbana no Brasil – Planos de manejo (um novo paradigma)
6. Conhecimento e identificação de espécies
 - Comportamento das espécies no ambiente urbano e implicações relativas à poda
 - Compatibilização da arborização com a infraestrutura existente
7. Poda das árvores, aspectos técnicos e NBR 16.246-I/13
 - Situações em que a poda é indicada
 - Tipos de poda indicados
 - Disciplina da poda pelo Poder Público Municipal
 - Regulamento da poda realizada por empresas prestadoras de serviços públicos (telefonia, eletrificação, etc.)
 - Informações à comunidade
 - Terceirização de serviços pelo Município: possibilidades e requisitos legais
 - As podas inadequadas e a responsabilização civil e criminal
8. Diagnóstico e manejo de problemas, avaliação e elaboração de laudo **técnico para fins de manejo e de árvores de risco. Aspectos** técnicos da ABNT 16246-3 Avaliação de riscos em árvores
 - Avaliação visual e por instrumentos – modelos atuais
9. Manejo de árvores: do licenciamento à execução
10. Qualificação dos servidores e terceiros prestadores de serviços
11. Responsabilidade administrativa, civil e penal dos secretários municipais e técnicos responsáveis pelos serviços
12. Termos de Ajustamento de Conduta propostos pelo Ministério Público: questões legais a considerar

Visualização prática: Durante o curso, será realizada uma caminhada nos arredores do local do evento com prática de campo – elaboração de laudos técnicos sobre supressão e poda solicitadas por municípios.

Ministrantes:

André Duarte Puente, Biólogo, Funcionário público municipal aposentado da Secretaria do meio ambiente de Porto Alegre, Foi diretor da divisão de Arborização urbana de 1993 a 1999, administrador do Parque da Harmonia de 1999 a 2003 e coordenador do Plano Diretor de Arborização urbana neste período, gerente de Produção Vegetal do Viveiro Municipal de Porto Alegre (2004-2016); Vice-Presidente e Presidente da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana – SBAU (2011-2016), tendo exercido a função de Diretor Regional da mesma instituição. Diretor da Arvoredo-Consultoria em Arboricultura.

Darcí Reali, Advogado e Técnico em Agropecuária, mestre em Direito Ambiental e docente da Universidade de Caxias do Sul, no Curso de Direito, Curso Superior de Gestão Pública, Pós Graduação em Direito Ambiental e Pós Graduação em Direito Administrativo do Estado (2005-2010); Diretor do IEM; extensionista rural - EMATER (1979-1993); secretário municipal de administração (1993-1997); assessor jurídico municipal (1998-2000); co-autor de mais de uma dezena de livros com temas técnicos relacionados à Administração Pública e autor de dezenas de trabalhos técnicos e do livro Os Municípios e a Tributação Ambiental (EDIUCS, 2007).